

Reforma ministerial

Bresser diz que vai seguir programa econômico do PMDB

Do Sucursal de Brasília

O novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, 52, disse ontem, no Palácio do Planalto, ao tomar posse no cargo, às 16h39, que vai seguir o programa econômico do PMDB e do presidente Sarney. Depois, numa entrevista ao Ministério da Fazenda, após receber o cargo de Dilson Funaro, Bresser afirmou que o programa econômico do partido defende o crescimento do país a longo prazo. Bresser disse que sempre consultará o partido mas disse que a responsabilidade pela condução da política econômica é dele e do presidente Sarney.

No Planalto, Bresser também anunciou um novo plano de ajustamento da economia a curto prazo, destinado a reequilibrar o balanço de pagamentos, estabilizar a inflação e restabelecer o diálogo com a comunidade financeira internacional. Bresser pediu "coragem e patriotismo" para as mudanças que deverão ser promovidas no país e afirmou que elas são possíveis com base no desenvolvimento, controle financeiro e estabilização de preços. O ministro disse que os objetivos do plano de ajustamento são a redução do crescimento econômico para 3% ou 3,5% neste ano e um superávit comercial de 8 bilhões de dólares.

Falando durante a cerimônia no Planalto, o presidente Sarney elogiou o ministro Dilson Funaro, que foi aplaudido por todos, à exceção do governador Orestes Quércia, que cruzou os braços, e do vice-governador Almino Afonso.

Sarney disse que "os bons tempos voltarão", lembrando os dias do Plano Cruzado. "O povo jamais esquecerá". O presidente elogiou o novo ministro e disse que o Ministério da Fazenda era

uma pasta visitada "por grandes demônios: inflação, juros, e custo de vida". Segundo o presidente, a estratégia econômica não mudou, devendo promover "mais empregos, sempre mais empregos e combater a inflação, que corrói os valores éticos". No final de seu discurso, Sarney pediu a Bresser que desse prioridade ao Nordeste, dizendo que, se há uma classe privilegiada na "Nova República", esta "são os pobres".

Pouco antes da posse, Bresser confessou que ontem era o dia mais importante de sua vida e que havia sempre se preparado para aquele instante. Num auditório transformado em sauna, onde até os jornalistas não conseguiam se movimentar, Bresser elogiou o Plano Cruzado e disse que as dificuldades externas foram agravadas pelo excesso de gastos dos governos estaduais.

Bresser afirmou que o Brasil "é um país capitalista, uma economia de mercado, uma economia coordenada pelos preços que se formam no mercado". "Isto significa — afirmou — que a intervenção do Estado na economia, sua ação reguladora, que é imprescindível, deverá limitar-se a corrigir as distorções do mercado, jamais violentá-lo".

Funaro foi a pessoa mais aplaudida na cerimônia. Todo o repleto auditório ficou de pé duas vezes para aplaudir-lo durante alguns minutos. Seu sucessor, Luiz Carlos Bresser Pereira, recebeu duas salvas de palmas de cinco segundos cada, antes e depois de seu discurso.

Funaro foi o primeiro orador. Disse que procurou ser fiel aos ideais da "Nova República" e seus propósitos de "mudar o Brasil". Atribuiu o fracasso do Plano Cruzado às resistências internas às mudanças.



Bresser abraça Funaro no ato da transmissão do cargo; Sarney, com a fisionomia tensa e abatida, olha na direção da assistência enquanto Ulysses o observa

Bresser revela assessores; Arida e Calabi são dúvidas

Do Sucursal de Brasília

A Presidência do Banco Central fica com Fernando Milliet, que já presidiu o Banespa durante o governo Franco Montoro, em São Paulo. A Secretaria Geral do Ministério da Fazenda será mesmo ocupada por um nordestino, mas não havia ontem ninguém escolhido para o cargo. Yoshiaki Nakano, que trabalha há muito tempo com Bresser, será assessor especial do novo ministro. Pérsio Arida, um dos "pais" do Plano Cruzado, e o secretário do Tesouro, Andréa Calabi, já foram convidados para trabalhar com o novo ministro.

Foram essas as primeiras escolhas de Bresser Pereira, que ele mesmo revelou na entrevista coletiva que deu logo após receber o Ministério da Fazenda de Dilson Funaro. O chefe de gabinete será Luís Alvaro de Oliveira Ribeiro, que já trabalhava com o novo ministro na Secretaria da Ciência e Tecnologia de São Paulo. O jornalista Jefferson dos Rios ocupará a coordenação de Comunicação Social do Ministério. Os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, respectivamente, Camilo Calazans e Marcos Freire, deverão ser mantidos em seus postos.

Bresser disse que terá outros assessores especiais, além de Yoshiaki Nakano. Segundo Jefferson dos Rios, os outros assessores poderão ser Calabi e Arida.



Fernando Milliet fica com o BC

Nova política econômica pode levar à recessão

GILSON SCHWARTZ Especial para o Folha

As metas anunciadas no discurso de posse do novo ministro da Fazenda podem levar a economia brasileira a uma fase de ajuste recessivo. Evidentemente o governo sempre pode, se a atividade econômica der sinais de desaquecimento excessivo, acionar mecanismos compensatórios, como já vinha fazendo Funaro. Mas tanto o diagnóstico da atual situação quanto as metas gerais levarão, inicialmente, a um recrudescimento da inflação e queda no crescimento.

A meta de crescimento anual de 3% a 3,5%, anunciada no discurso de posse de Bresser Pereira, significa sem dúvida uma recessão. Isso porque as estimativas de crescimento do setor agrícola, em 1987, já apontam para um desempenho de 3%. Conclusão: a indústria teria de interromper seu crescimento para que a taxa global de crescimento ficasse nos 3%.

O diagnóstico apresentado no discurso é bastante "ortodoxo": a economia brasileira "entrou em um processo clássico de desajustamento, provocado pelo excesso de demanda e pelo desequilíbrio de preços relativos". O remédio é amargo: reduzir o consumo e elevar preços.

A questão externa é tratada de forma aparentemente "heterodoxa". O discurso incorpora uma proposta do economista Eimar Bacha (da PUC-RJ, ex-presidente do IBGE), segundo a qual os compromissos de pagamento da dívida externa só

devem ser definidos após a garantia de uma meta de crescimento mínimo. O problema é que a taxa de 3% talvez seja "mínima demais". A obtenção de um superávit comercial (exportações maiores que importações) de US\$ 8 bilhões em 1987 é reafirmada. Essa era a meta de superávit da equipe Funaro. Mas afirmava-se entretanto, a compatibilidade dessa meta com um crescimento de 5% ao ano.

A defesa de uma política cambial realista também é uma guinada radical frente à política econômica anterior. Por "realismo" entende-se a decretação de uma maxidesvalorização cambial por breve. Essa é a forma tradicional de tornar os produtos brasileiros mais baratos no exterior, estimulando assim o aumento das exportações. As importações, por sua vez, ficam imediatamente mais caras, de tal sorte que a diferença (exportações — importações) aumenta. O problema é que a redução nas importações tende a ocorrer, assim, indiscriminadamente, afetando tanto o desempenho da indústria (que usa componentes importados) quanto o das próprias exportações (já que muitos setores exportadores também usam componentes importados em suas linhas de produção). A "máxi", ao mesmo tempo, joga a inflação para cima, já que essas indústrias importadoras repassam a pressão de custos para os preços. A médio prazo, entretanto, se a balança comercial efetivamente se recuperar, pode-se esperar que o próprio

crescimento das exportações estimule o crescimento interno. Como sempre, o problema é saber a duração desse médio prazo e quem paga os custos do ajuste (ou seja, quem perde mais com a aceleração da inflação, a queda no consumo e a redução na produção). No Brasil, essa conta tem um credor certo: consumidores e trabalhadores. Ou seja, paga-se a dívida externa com o aumento da chamada dívida social. Vale registrar que a equipe de Funaro, especialmente os técnicos ligados a Paulo Nogueira Batista Jr. (do Centro de Estudos de Economia Monetária e Internacional da FGV-RJ), vinha defendendo que a taxa cambial não estava "atrasada", reafirmando assim a necessidade de uma "máxi".

O quadro de medidas convencionais apresentado no discurso se completa com o compromisso de redução dos gastos públicos e manutenção de juros reais positivos. Quanto ao gatilho salarial, Bresser foi ambíguo: diz que os salários devem manter o seu valor real "médio" (sem definir a que período se refere essa média), e hoje o gatilho implica numa redução progressiva dessa média. Isso sugere a extinção do gatilho e definição de outra forma de correção salarial. Ao mesmo tempo, no parágrafo seguinte, Bresser afirma que o gatilho ajuda a manter estável o patamar da inflação (o IBGE já anunciou uma estimativa de pelo menos 17% de inflação para abril, o que indica progressiva mudança de patamar).

Todo esse cenário "ortodoxo", de política recessiva (redução do consumo interno para favorecer as exportações), pode ser contrariado pelos fatos. Há várias hipóteses favoráveis a essa expectativa otimista. Em primeiro lugar, Bresser tem insistido em entrevistas que não pretende contrariar o ideário econômico do PMDB (anti-recessivo e anti-FMI). Em segundo lugar, o discurso é bastante vago (apesar da coerência conservadora), e certamente Bresser ainda não teve tempo para formar e reunir sua equipe, discutir metas e precisar estratégias. O discurso faz referência à necessidade de apresentar metas mais "finas" (sobre as necessidades de financiamento do setor público, superávit comercial, controle de crédito interno, base monetária) que só aparecerão depois dessas reuniões.

A opção por um discurso conservador e, do ponto de vista econômico, ortodoxo, pode também revelar a intenção de fazer um novo jogo de cena, para impressionar os credores externos. De qualquer forma, enquanto as metas não forem detalhadas, propostas como máxi, redução do consumo, queda no crescimento e inflação corretiva apontam inequivocamente para um ajuste recessivo. A não ser que, mais uma vez, a dinâmica da economia brasileira transforme as metas do governo em intenções que não se realizam. Ou, como alguns costumam lembrar, o Brasil seja maior que o buraco ao qual muitas vezes o atiram.

'Estou plenamente consciente das dificuldades'

Estes são os principais trechos do discurso de posse do novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira:

"Minhas senhoras e meus senhores. Ao assumir o Ministério da Fazenda, honrado pela confiança do Presidente da República e de meu partido, estou plenamente consciente das dificuldades que terei de enfrentar e das responsabilidades que estão assumindo."

"A economia brasileira enfrenta hoje um momento de crise, depois dos momentos de bonança proporcionados pelo Plano Cruzado. Esse Plano, realizado com coragem e competência por uma grande equipe chefiada por Dilson Funaro, João Sayad e Fernão Bracher, permitiu de uma análise correta do caráter inerente da inflação brasileira, e foi inicialmente bem sucedido em controlar a inflação, preço, entretanto, pelo próprio êxito do Cruzado, o Governo não teve condições de corrigir os preços relativos e manter o equilíbrio da demanda agregada. Os desequilíbrios de preços relativos que se congelaram no dia 26 de fevereiro foram agravados por novos desequilíbrios provocados por setores de difícil controle, que, apoiados na explosão de consumo, aumentaram seus preços independentemente dos preços de mercado. Quando a demanda tornou-se insustentável, ao mesmo tempo que continuava o excesso de demanda, o congelamento foi rompido — e a inflação voltou a se acelerar. A inflação, que estava em 2 por cento ao mês subiu para um patamar de 15 por cento em função, fundamentalmente, da necessidade de recomposição dos preços de mercado em função da demanda em alta na base da aceleração da inflação, mas, ao a necessidade de realinhamento de preços ou de recomposição de preços relativos explica que a inflação tenha saltado para o patamar de 15 por cento."

"Quando, no início do ano, o Governo Brasileiro decidiu suspender o pagamento dos juros em favor dos privados, tomou a única medida possível para preservar nossas reservas internacionais, já que não fora ainda possível firmar um acordo com os banqueiros internacionais que não assegurava um dinheiro novo."

"Estas dificuldades externas se somam as dificuldades internas provocadas em grande parte pelo excesso de gastos dos governos estaduais. A estas despesas, causadas principalmente pela contratação indiscriminada de funcionários no período pré-eleitoral, somaram-se os desequilíbrios financeiros para as finanças estaduais provocados pela súbita aceleração da inflação, que aumentou os custos antes que suas receitas de caixa fossem atualizadas."

"São estas dificuldades que temos que enfrentar imediatamente, ao mesmo tempo que constituí minha equipe de trabalho."

"O equilíbrio de nossas contas externas é prioritário. Já existem claros sinais de recuperação das exportações, mas não devemos abandonar a meta já estabelecida para este ano de um superávit comercial de 8 bilhões de dólares. Para alcançar este objetivo e para estabilizar a inflação devemos, com a maior rapidez possível, estabelecer um plano de ajustamento da economia. Este é um plano de curto prazo, imprescindível ao plano de longo prazo que o Governo Brasileiro objetiva para os próximos anos, um superávit comercial médio de 8 bilhões de dólares e aportes de dinheiro novo dos credores internacionais de 4 bilhões de dólares. A meta de crescimento deste ano, já que estamos diante da necessidade de ajustamento, deverá ser de 3 a 3,5 por cento. A médio prazo, o crescimento deverá ser semelhante à taxa histórica de crescimento do Brasil."

"Deveremos seguir algumas diretrizes na

administração da política econômica. O Brasil é um país capitalista, uma economia de mercado, uma economia coordenada pelos preços que se formam no mercado. Isto significa que a intervenção do Estado na economia, sua ação reguladora, que é imprescindível, deverá limitar-se a corrigir as distorções do mercado, jamais violentá-lo."

"Os preços relativos deverão corresponder aos respectivos valores das mercadorias e serviços — tanto os preços públicos quanto os privados. Deverão corresponder aos preços de mercado constituídos em economia competitiva. O controle de preços só é necessário quando existe algum tipo de poder monopolístico sobre o mercado."

"A taxa de câmbio deverá ser realista, garantindo a competitividade de nossas exportações e o equilíbrio de nosso balanço de pagamentos. As taxas de juros deverão ser reais mas as mais baixas possíveis. Deverão ser sempre superiores à taxa de inflação para garantir o financiamento do sistema financeiro, evitar o consumo desenfreado, a formação de estocagem, a valorização excessiva de imóveis e a fuga de capitais. Deverão ser as mais baixas possíveis para privilegiar o trabalho empresarial produtivo."

"Os salários médio reais deverão ser preservados e em seguida aumentados à medida que aumenta a produtividade média da economia. Qualquer aumento de salários reais acima do aumento da produtividade, como ocorreu em 1986, acarreta previsões inflacionárias insustentáveis."

"O gatilho é hoje uma forma adequada de indexação salarial, que garante o poder aquisitivo dos trabalhadores desde que a inflação não se acelere. Como método de indexação salarial, a estabilização da inflação em atual patamar e até permite uma redução moderada desse patamar."

"Estas são as medidas de curto prazo. A médio prazo continuaremos a construir no Brasil uma sociedade mais próspera e mais justa. Para isto devemos aumentar a capacidade de produção das empresas privadas e estabelecer a capacidade de produção do Estado, que foi gravemente reduzida nos últimos anos. Precisamos, por outro lado, limitar a transferência de recursos para o exterior e obter novos recursos, estimulando a entrada de capitais de risco no país. Nesse sentido, a transformação dos créditos estatais em capital deverá ser rapidamente regulamentada pelo Banco Central. Necessitamos de capital e de tecnologia estrangeira para o nosso desenvolvimento. Em casos especiais, como no de informática, podemos e devemos estabelecer um sistema de reserva de mercado. Mas esse sistema deverá ser limitado e temporário, até que adquiramos capacidade interna para competir internacionalmente."

Empresários são favoráveis ao novo ministro

Do Sucursal de Brasília

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, disse ontem que o novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, "é homem de grande passado, tanto na vida pública quanto no setor privado e na vida acadêmica, e será bem-sucedido se dispuser de força política para enfrentar o déficit público". Mas, segundo ele, se o ministro não tiver essa força "ele será uma nova vítima do processo".

Ex-presidente da Fiesp, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, também definiu Bresser como "pessoa extremamente preparada para o cargo de ministro da Fazenda". Contudo, disse ser praticamente impossível fazer previsão sobre a sua atuação, "num momento em que não se dispõe de uma política econômica definida". Para ele, o mais importante é a manutenção de uma taxa de crescimento econômico suficiente à criação de novos empregos.

Para Roberto Konder Bornhausen, dirigente do Unibanco e ex-presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), o mais importante agora "é saber como será o manejo da economia, como serão superados os estrangulamentos interno e externo, dentro da meta de redução do crescimento para 3,5% ao ano".

Pausa para meditação para Bresser

PAULO FRANCIS De Nova York

O novo ministro da Fazenda deveria ficar em silêncio durante duas semanas. Deveria examinar a situação calamitosa em que o Brasil se encontra nos meios financeiros internacionais antes de dar opiniões e formular política. As pessoas do ramo aqui mal podiam conter o riso em face do sr. Dilson Funaro. Os absurdos que ele dizia. O histrionismo geral da sua postura. E o que dá nomear um homem de negócios obscuro para um cargo tão importante. A mídia fez gato e sapato com o sr. Funaro. Destruíu-o com as suas próprias promessas. Ele achava que estava agarrado por ser tão solicitado. E o cargo que "agrada". Mas a atenção que o sr. Funaro recebeu certamente distorceu o seu senso de realidade. Isso acontece a muita gente que é exposta a manchetes de jornais e às luzes da televisão. O desgaste é inevitável.

Já ouvi do sr. Bresser Pereira coisas impubescíveis. Também ouvi que ele é ótimo. No Brasil nunca se sabe nada com precisão. O fato de que ele foi nomeado por Ulysses Guimarães certamente tornará mais difícil o seu trabalho. O caquético líder do PMDB está mais para lá do que para cá. É mentalmente instável — para dizer o mínimo. Causou pasmo e estupefação quando falou em Nova York à comunidade financeira. Não tem treino algum em economia. É o homem do momento.

O sr. Bresser Pereira deve examinar o que significa o Brasil ficar isolado da comunidade mundial. Tudo se negocia menos a intransigência. Funaro ditava aos credores o que queria. Confundi seu acesso à televisão e imprensa brasileiras com poder real. Caiu.

O Brasil não tem reservas nem saldo comercial. Precisa acumular as primeiras e exportar para fazer o segundo. Tudo foi destruído pela dupla doidivanus Funaro-Sayad numa orgia de importações para ganhar as eleições para o PMDB. Depois veio o "banho turco" da realidade. Quatro dias depois. Os votos não estavam sequer contados oficialmente. Empulhou-se o povo.

Tudo se negocia. Mas realisticamente. O Brasil pagar o que bem entende e ainda assim conseguir dinheiro novo (sem o qual não arranca economicamente) é uma fantasia de analfabeto. Bem típica do PMDB. Se o sr. Bresser Pereira assumiu com este compromisso com os caciques do PMDB está perdido. Ele recebeu uma recepção simpática do "New York Times" e do "Washington Post". São os dois jornais mais importantes dos EUA. Mas o jornal mais importante em economia, o "Wall Street Journal", foi bem mais cauteloso. Acha que a situação interna do Brasil não favorece a uma política econômica realista. É a pura verdade.

O Brasil precisa importar para crescer. Não tem dólares para

importar porque o mercado mundial está fechado ao país enquanto este estiver em moratória. Isso é elemento. O Brasil pode negociar como o México e Argentina. Se submeter a uma disciplina interna em troca de dinheiro novo. Mas o FMI foi transformado em tabu na vida pública brasileira. O FMI não é necessário. Ou não é indispensável. Serve como auditoria dos bancos e de investidores. Se o governo brasileiro fizer por conta própria uma contenção e corte de despesas os banqueiros prestarão atenção. Mas este é o problema. O PMDB faminto atrás da máquina do Estado. O nacionalismo em causa própria dos privilegiados da máquina política. Não é invejável a posição do sr. Bresser Pereira.

Sarney parece carta fora do baralho. Não conseguiu nomear o seu ministro da Fazenda. Todo mundo se uniu contra o sr. Tasso Jereissati. Mas Sarney não dá o braço a torcer. Está disposto a quaisquer sacrifícios de coerência e dignidade para conseguir um mandato de seis anos. Mesmo que para isso seja necessário que brasileiros completem cinquenta anos de idade sem nunca ter votado para presidente. "The Economist" traz esta semana uma reportagem especial sobre o Brasil. Descreve o potencial do país como o melhor do terceiro mundo. Seria simples um salto para o primeiro mundo. Simples em termos econômicos. Em termos políticos não evoluímos ainda da taba.

"O ânimo do povo poderá ser despertado"

Esta é a íntegra do discurso de despedida do ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro:

"Se, ministro Bresser Pereira, ao passar-lhe a Pasta dos Negócios da Fazenda, desejo começar por desejar-lhe sinceramente todo êxito em sua missão. Sua capacidade de liderança, sua inteligência, sua coragem, sua ampla experiência profissional nos setores público e privado constituem a melhor garantia desse êxito."

"Quero também agradecer a todos os que comigo colaboraram durante minha gestão, pela competência, esforço despendido e incansável dedicação que demonstraram. Estou certo, ministro Bresser, que os funcionários deste Ministério se sentirão felizes em poder-lhe prestar a mesma colaboração."

"Sr. ministro, meus amigos e colaboradores, quero dizer apenas o seguinte: tudo que fiz nestes vinte meses foi manter minha fidelidade

aos ideais da Nova República e a seus propósitos de mudar o Brasil."

"Este país, que tem uma longa tradição de profundas desigualdades sociais, tem também revelado alarmante incapacidade de alterar as estruturas políticas e econômicas que acentuam as desigualdades e perpetuam a sub-cidadania."

"Ante a resistência dos privilegiados e a impotência dos oprimidos, é imprescindível a construção de instituições capazes de dirimir esse conflito básico."

"Não há missão mais importante para a Nova República do que vencer a resistência às mudanças. O Plano Cruzado, vítima dessa tenaz resistência, demonstrou entretanto que é possível aglutinar, em torno de ações corajosas, o ânimo e a determinação do povo brasileiro. Apesar de todas as dificuldades que atravessamos, estou seguro de que o ânimo do povo poderá ser despertado cada vez que lhe acenarmos com a justiça, com a probidade e com a defesa de seus interesses."

"Minha fidelidade à causa da mudança levou-me também a encarar de frente o importante questão da negociação da dívida externa. Nesta área, descreditei alguns mitos que vinham de longa data, e que haviam sido engendrados para alienar os países devedores e responsabilizá-los pela crise financeira que os próprios credores desencadearam em 1982. A postura brasileira sobre a verdadeira natureza de nossos compromissos financeiros internacionais, bem como de seus aspectos leoninos, alterou a relação de subordinação até então existente entre devedores e credores."

"Não encontrando razões sólidas para atacar a posição brasileira, que abtem ser correta, montam contra nós uma campanha de desinformação. Assim, a apresentação da verdade passa a ser caracterizada como arrogância, a defesa dos legítimos interesses de um país soberano passa a ser rotulada de confrontação. Os que se recusam a ouvir-nos, queiram-se de nós serem ouvidos, quando por muitos anos o Brasil não fez outra coisa senão ouvir — e seguir — o que diziam os credores, com os resultados que todos conhecemos: mais dívida,

recessão e pobreza para nós e mais transferências para eles."

"Conhecem os credores a firmeza da posição brasileira em matéria de dívida externa. Sabem que nosso crescimento é insustentável. Não me surpreenderia, entretanto, se voltassem a testar essa firmeza, como fizeram várias vezes no passado recente. A surpresa estaria, isto sim, em cessarem suas ameaças e em abandonarem suas propostas desestabilizadoras. Mas enganem-se os que utilizam esses meios. A saída de um ministro não abala a posição de um governo como o da Nova República, que sabe que conta com o apoio e a vigilância do Congresso, das classes mais dinâmicas da sociedade e da opinião pública em geral. Na verdade, a negociação da dívida se define dentro do país, mais que no exterior."

"De minha parte, continuarei a trabalhar, dentro dos quadros do meu partido — o PMDB — pelos ideais que nortearam minha atuação à frente deste Ministério. Continuarei firmemente comprometido com o fortalecimento da democracia em nosso país e com as mudanças que permitam alcançar esse elevado objetivo."